

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS****URFBio Alto Paranaíba - Núcleo de Regularização e Controle Ambiental**

Decisão IEF/URFBIO AP - NUREG nº. Ato de Arquivamento/2020

Belo Horizonte, 10 de dezembro de 2020.

ATO DE ARQUIVAMENTO**Indexado ao Processo:** 11010000208/18**Requerente:** Carlos de Ávila Neto**CPF/CNPJ:** 293.887.246-15**Imóvel da intervenção:** Fazenda Bananal**Município:** IBIA**Objeto:** Corte Árvores Isoladas(rural)**Bioma:** Cerrado

O Supervisor da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Alto Paranaíba do Instituto Estadual de Florestas - IEF, no uso de suas atribuições legais, com base no inciso I do parágrafo único do art. 38 do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020:

Considerando que o processo nº **11010000208/18** em questão foi formalizado em 21.03.2019;

Considerando o disposto no art. 50 da Lei Estadual nº 14.184/2002, que preconiza: "*A Administração pode declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou quando o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente*";

Considerando que não houve atendimento ao pedido de Informação Complementar;

Considerando que os documentos requisitados são parte integrantes do processo para fomentar a análise do processo

Considerando que a tomada de decisões técnica se fundamentariam nas informações requeridas

Considerando o disposto no art. 33 do Decreto 47.383/2018, que diz: "*O processo de licenciamento ambiental ou de autorização para intervenção ambiental será arquivado pelo pedido de cancelamento do interessado*

HOMOLOGA a sugestão pelo ARQUIVAMENTO feita pelo técnico **do processo administrativo nº. 11010000208/18**, relativo ao empreendimento **Carlos de Ávila Neto / Fazenda Bananal**, inscrito no CPF sob o nº. 293.887.246-15, localizado na zona rural do município de IBIA/MG, pelo não cumprimento do pedido de informação complementar.

Publique-se e archive-se.



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Fonseca Moreira, Supervisor(a)**, em 10/12/2020, às 15:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **22919838** e o código CRC **3B9677C8**.